

Questões éticas subjacentes ao trabalho de investigação

Ethics, science, knowledge and education: discuss with the terms and ask questions again

Ética, ciencia, conocimiento y educación: dialogar con los términos y volver a hacer preguntas

Eduardo Duque
António Calheiros

Resumo: Os fundamentos éticos da pesquisa social incidem, basicamente, sobre o processo e a aplicação da investigação. Intimamente associadas a estas duas etapas, sequenciais e holísticas, temos as questões relacionadas com a integridade da ciência, a integridade do investigador e a responsabilidade social. É sobre o processo e a aplicação da investigação, relacionados com estes aspetos conexos e transversais, como os aspetos que devem ser observados na integridade do investigador, as condições necessárias à integridade da ciência bem como a responsabilidade social do próprio investigador que pretendemos, de seguida, refletir. Podemos concluir que, como princípio ético enformador da sua conduta, o investigador, deve orientar a sua investigação no sentido de promover os valores da liberdade, da segurança individual, da diversidade, da equidade e da solidariedade, ajudando a encontrar e a cimentar um quadro institucional exigente, democrático e colaborativo, que garanta o respeito pelos direitos humanos, o primado da lei no plano internacional, a democracia e a participação dos cidadãos na causa pública. Deve também, numa regulação ao serviço do cidadão, fomentar as atividades empresariais que respeitem os princípios da responsabilidade, eficácia e subsidiariedade.

Palavras-chave: Metodologia. Pesquisa social. Questões éticas,

Abstract: *The ethical foundations of social research essentially focus on the process and application of research. Closely associated with these two sequential and holistic stages, we have issues related to the integrity of science, the integrity of the researcher, and social responsibility. It is about the process and the application of research, related to these interconnected and transversal aspects, such as the aspects that must be observed in the integrity of the researcher, the necessary conditions for the integrity of science as well as the social responsibility of the researcher himself that we intend to reflect next. We can conclude that, as an ethical principle that shapes his conduct, the researcher must guide his research in order to promote the values of freedom, individual security, diversity, equity and solidarity, helping to find and cement a demanding, democratic and collaborative institutional framework, that guarantees the respect for human rights, the rule of law at the international level, democracy and citizen participation in public affairs. It should also, in a regulation in the service of the citizen, promote business activities that respect the principles of responsibility, effectiveness and subsidiarity.*

Keywords: *Ethical issues. Methodology. Social research.*

Resumen: *Los fundamentos éticos de la investigación social inciden, básicamente, sobre el proceso y aplicación de la investigación. Íntimamente asociadas a estas dos etapas y secuencias holísticas, tenemos las cuestiones relacionadas con la integridad de la ciencia, la integridad del investigador y la responsabilidad social. Nuestro objetivo es reflexionar sobre los aspectos conexos y transversales, que deben ser observados en su conjunto por el investigador, y sobre las condiciones necesarias de la integridad de la ciencia como responsabilidad del propio investigador. Podemos concluir que, como principio ético conformador de su conducta, el investigador debe orientar su investigación en el sentido de promover los valores de la libertad, de la seguridad individual, de la diversidad, de la equidad y de la solidaridad, ayudando a encontrar y a cimentar un cuadro institucional exigente, democrático y colaborativo que garantice el respeto por los derechos humanos, la primacía de la ley en el plano internacional, la democracia y la participación de los ciudadanos en la esfera pública. Debe también, en un marco normativo al servicio del ciudadano, fomentar las actividades empresariales que respeten los principios de responsabilidad, eficacia y subsidiariedad.*

Palabras clave: *Cuestiones éticas. Investigación social. Metodología.*

Aspetos a Considerar na Integridade do Investigador

O processo de investigação inicia-se sempre com uma procura e, tenha ela origem na iniciativa do investigador ou solicitada por um patrocinador, envolve sempre a seleção dos locais a investigar, o tempo de amostragem, a seleção dos acontecimentos e a seleção das pessoas envolvidas. Assim, a investigação coloca sempre “problemas éticos que põem em confronto cientistas sociais, patrocinadores, informantes e aqueles que leem e usam a pesquisa no terreno” (BURGESS, 2001, p. 212).

Relativamente à figura do investigador, a primeira questão que deve ser colocada prende-se com a sua integridade, ou seja, o modo como respeita o *ethos* científico e contribui, decisivamente, para o aprofundamento e divulgação dos valores da cidadania.

Respeitar o *ethos* científico significa assumir um compromisso férreo com a investigação da verdade e, conseqüentemente, estar comprometido, para além de todos os progressos técnicos e humanos, com o conhecimento crítico. Tal compromisso com o conhecimento crítico implica uma ética de renúncia da manipulação da realidade, quase sempre associada ao poder (VIDAL, 1981).

Para se garantir a integridade do investigador, este deve, desde o início, declarar qual o seu grau de envolvimento ou afastamento relativamente ao objeto de estudo, assim como referir até que ponto a sua presença pode afetar esse mesmo objeto. Neste sentido, torna-se também necessário aferir a relação existente entre o investigador e o seu patrocinador. Muitos estudos sociais estão politicamente alinhados com interesses governamentais e outros interesses específicos de pessoas e organizações. Em muitos destes casos a comunicação entre as partes é manipulada, os avaliadores selecionados, os fluxos de informação adulterados e os comentários dos avaliadores encomendados e amplamente difundidos. Outros estudos, porque associados a realidades sociais onde facilmente se colocam questões relacionadas com a exclusão e a perseguição de determinados grupos, levantam questões éticas a respeito da violação da liberdade e da privacidade dos informantes. Esta não é uma questão de fácil resolução, nem tão pouco consensual. Para além da violação da liberdade, coloca também problemas, de um modo especial quando se utiliza a pesquisa oculta, relacionados com o uso indevido de dados, a ascendência do investigador sobre os informantes, a dificuldade dos cientistas sociais poderem aceder à pesquisa e, por último, a dissimulação da identidade e a manipulação que pode estar inerente ao processo de pesquisa.

Com o intuito de se impedir ou atenuar tais situações, os investigadores, explicando o seu trabalho a todas as partes envolvidas, só devem dar garantias de confidencialidade quando absolutamente convencidos de que cumprirão a sua palavra. Devem, de igual modo, explicar aos estudados os objetivos e as implicações da pesquisa, com vista a obter destes o consentimento informado. Relativamente à questão do consentimento, colocam-se várias questões. A primeira prende-se com a inexistência deste consentimento na pesquisa oculta, constituindo, assim, segundo alguns autores, uma invasão grosseira da privacidade e um atentado contra a confiança que deve ser estabelecida entre as partes. Outros autores argumentam que qualquer pesquisa é secreta, visto que os investigadores ainda não têm, no início, a noção da abrangência do estudo. Por outro lado, se falassem sobre tudo o quanto os informantes estão particularmente interessados, tal facto poderia alterar o comportamento destes. Por último, mesmo que se comunicasse os objetivos precisos, as interpretações iriam certamente ser diversas. O problema coloca-se assim no que se pode referir e em que circunstâncias. Conseqüentemente, este tema está intimamente associado a mais dois: o consentimento informado e o falar verdade ou mentira (BURGESS, 2001).

Relativamente ao consentimento informado, há quem defenda que

qualquer pesquisa científica só deve ser realizada com o consentimento prévio livre e esclarecido da pessoa em causa. A informação deve ser suficiente e fornecida em moldes compreensíveis. Nos casos relativos a investigações realizadas sobre um grupo de pessoas ou uma comunidade pode também ser necessário solicitar o acordo dos representantes legais do grupo ou comunidade em causa. Nestes casos o consentimento ou acordo de um dirigente não deve substituir-se ao consentimento esclarecido do indivíduo” (SILVA, et al., 2009).

Da análise desta afirmação extraímos dois princípios éticos que devem estar subjacentes à conduta ética do investigador: assegurar a liberdade de recusa e proteger os participantes. A estas acrescentaríamos uma outra: o investigador deve garantir a adequação metodológica aos sujeitos envolvidos no estudo.

Este objetivo nem sempre é possível. Por vezes, como já atrás referimos, torna-se difícil, mesmo na pesquisa “aberta”, o consentimento informado. Assim sendo, coloca-se a questão do que deve ser dito aos informantes e o que lhes deve ser sonegado, ou seja, deparamo-nos com a questão do falar verdade ou mentir. A nossa opção é definitivamente pela verdade, quer como caminho e meio quer como objetivo final. Daí que rejeitamos a ideia de que a mentira pode mesmo ter de ser utilizada para se poder garantir a confidencialidade ou não prejudicar terceiros. A mentira é execrável e não seria eticamente responsável falar em mentiras menores e maiores, argumentando a favor de que a mentira, por mais pequena que seja, mesmo quando não causa dano direto a ninguém, pode ser um bom instrumento para se obter dados adicionais. Seja como for, rejeitamos, no campo da investigação, qualquer forma de recurso às não verdades para se obter qualquer tipo informação.

Podemos concluir que, como princípio ético enformador da sua conduta, o investigador deve ter sempre presente que “os interesses e bem-estar dos indivíduos sobrepõem-se aos interesses da ciência ou da sociedade, isto é, a ciência deve estar ao serviço do indivíduo e das populações e não serem encarados como um meio, mas como um fim” (SILVA, et al., 2009).

Condições Necessárias à Integridade da Ciência

A integridade da ciência não pode ser dissociada da integridade do investigador. Significa isto que, como condição primordial, o investigador adquira aptidões conceptuais, técnicas e humanas que lhes permitam realizar a investigação científica a que se propõe. Isto exige, desde logo, que a mesma se apoie em factos reais, que possam ser verificados pela experimentação. Não sendo condição suficiente, é condição necessária para que se possa avocar a bondade e a legitimidade do trabalho realizado ou a realizar.

Numa época marcada pela ideia do sucesso estandardizado, sem que se atenda às notas dissonantes da individualidade, **o investigador pode deixar-se conduzir pelos ditames do reconhecimento e da fama**. Destas dinâmicas podem resultar sentimentos de autossuficiência e arrogância, os quais, porque suscitam comportamentos egoístas e com normas próprias, podem desviar a investigação de um dos seus principais objetivos: a descoberta de novos conhecimentos que possam ser úteis à sociedade e façam aumentar, nesta, os níveis de bem-estar dos seus cidadãos (SILVA, et al., 2009).

Se tal ocorrer facilmente, evita-se a subordinação dos fins aos meios, a distorção de dados para a confirmação de hipóteses; assim como a sonegação, voluntária ou involuntária, de perspectivas divergentes. Este último dado é sumamente importante, dado que, se o investigador, caso pretenda fazer evoluir o conhecimento, deve ter a noção exata de tudo o quanto já se

investigou, as conclusões a que se chegou, os métodos utilizados e a sua proficiência e, por último, os resultados obtidos (BURGESS, 2001).

Como facilmente constatamos, a integridade da ciência tem a ver com as más condutas que se registam na investigação, o que nos conduz à necessidade, face ao que nos é apresentado, de aferirmos o que é invenção e o que é falsificação. Para se evitar tais desvios, existem um conjunto de etapas que uma investigação deve considerar. Dado tratar-se de um assunto exaustivo, apenas referiremos genericamente os aspetos mais relevantes das diferentes etapas, a saber: eleição do tema, formulação do problema, enquadramento teórico, apresentação da metodologia, apresentação dos resultados e discussão dos mesmos (FLICK, U., 2007; CARMO, H & MALHEIRO FERNANDES, M., 2008; CRESWELL, J., 2008; SCRIBANO, A., 2008; LEANDRO S. ALMEIDA & TERESA FREIRE, 2017).

Na eleição do tema, o investigador deve explicitar o que pretende com a investigação a que se propõe e quais as motivações que a geraram (CALHEIROS, 2013). Após esta etapa, segue-se a formulação do problema, através da qual se procura estruturar mais formalmente a ideia e delimitar o estudo: a nível da seleção dos locais de investigação, do tempo de amostragem, da previsão dos acontecimentos (de rotina, especiais e adversos) que possam ajudar a examinar o comportamento dos atores e, por último, da seleção dos informantes. Anterior e subjacente a este processo, encontramos as perguntas de partida que definam os objetivos gerais e específicos do estudo. Estes, por seu turno, condicionarão a recolha bibliográfica, as hipóteses gerais ou específicas, as variáveis e os instrumentos de recolha de dados.

Na fase da equação do estudo, deve-se também ter em atenção a justificação do tema e os contributos que a investigação pode ter, entre outros aspetos, ao nível da conveniência da mesma, sua relevância social e implicações práticas que daí possam resultar, no valor teórico que pode agregar, respondendo à questão do preenchimento de algum vazio no conhecimento e, não menos importante, se visa a criação de algum instrumento de recolha de dados, avaliando assim a sua utilidade metodológica.

Formulado o problema (através dos objetivos, das perguntas de investigação, da relevância e da viabilidade do estudo), o seguinte passo consiste em sustentar teoricamente o estudo.

Para tanto, deve-se efetuar um enquadramento teórico. Um bom enquadramento não é o que explora a temática em muitas páginas, mas sim o que revê com profundidade e amplitude as dimensões que haviam sido expostas na formulação do problema, apresentando com coerência os conceitos e as definições que foram veiculadas em estudos anteriores. Portanto, no enquadramento deve-se proceder a uma revisão bibliográfica, segundo os critérios de seletividade e atualidade.

De uma forma genérica, poder-se-ia dizer que o enquadramento teórico ajuda a fundamentar o problema de investigação, a antever erros apresentados em estudos anteriores, obriga o investigador a centrar-se no que é essencial, ao levá-lo a ler tudo o que foi escrito sobre o que está a investigar. Simultaneamente implica que saiba filtrar e selecionar o indispensável, sendo, pois, um poderoso auxílio à construção de uma determinada estrutura conceptual que vai permitir ao investigador interpretar os resultados da investigação.

Nesta fase, o investigador, terá que atender a duas importantes notas: a primeira, ao tipo de investigação e de informação a procurar, se se trata de informação teórica, empírica ou metodológica; a segunda, ao tipo de fonte, se é primária, secundária ou terciária.

É atendendo a estas questões, que se pode avançar por um modelo teórico e, de acordo com a revisão da literatura, adotar uma teoria, que serve essencialmente para objetivar o conhecimento sobre uma determinada realidade e descrever ou explicar um fenómeno de forma profunda e coerente.

No enquadramento teórico deve-se, ainda, referir o alcance da investigação, que pode ser exploratório, descritivo, correlacional ou explicativo. Do que se pretende para o estudo

depende a estratégia de investigação. É perfeitamente possível que uma investigação se inicie como exploratória, depois possa ser descritiva e correlacional e terminar como explicativa. Tudo depende dos objetivos inicialmente traçados para a investigação.

Finalmente, o enquadramento termina com a formulação de hipóteses, gerais ou específicas que se venham a revelar como pertinentes para a investigação. De uma forma muito simples, poder-se-ia dizer que as hipóteses são como que explicações do fenómeno em estudo. Devem ser formuladas em forma de proposições.

Para Lakatos e Marconi (2003) a principal resposta ao problema proposto é denominada de hipótese básica e esta pode ser complementada por outras denominadas de hipóteses secundárias.

No entender de Severino (2000, p. 161) “é preciso não confundir hipótese com pressuposto, com evidência prévia. Hipótese é o que se pretende demonstrar e não o que já se tem demonstrado evidente, desde o ponto de partida. [...] Nesses casos não há mais nada a demonstrar, e não se chegará a nenhuma conquista e o conhecimento não avança”.

Para cada uma das hipóteses deve figurar uma variável dependente, e uma ou mais variáveis independentes. Para cada uma das variáveis deve-se explicitar os indicadores que lhe estão associados (CALHEIROS, 2013).

Entramos, assim, na fase da metodologia. Nesta fase deve-se eleger e justificar o desenho metodológico preconizado, definindo-se o seu carácter experimental ou não experimental. Segundo Fortin (1999, pp. 40-41), o desenho de investigação é o plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador para obter respostas às questões de investigação.

De acordo com o desenho, segue-se a escolha do processo amostral e o plano de obtenção e análise da informação. Estas opções prendem-se, como veremos de seguida, com a abordagem metodológica.

Relativamente a esta abordagem, temos a afirmar que, atualmente, não existe um único modo de “fazer” ciência, assim como não há condicionalismos de natureza teórica. A sociedade “pós-moderna”, defendendo as idiosincrasias, a diversidade, recuperando as diferenças e acabando com as “regularidades”, dá liberdade ao autor na definição do percurso para a elaboração do seu trabalho de investigação. Contudo, torna-se cada vez mais pertinente definir a abordagem em que se desenrola todo o processo de investigação, nomeadamente a definição dos conceitos aplicados, a metodologia utilizada e o rigor científico.

Segundo autores como Lessard-Herbert *et al.* (1994) e Crewsell, (2008), entre outros, existem dois modelos preponderantes de abordagem que correspondem a postulados e a programas de investigação distintos que podem, no entanto, ser combinados numa mesma investigação: o paradigma positivista/behaviorista ou quantitativo, dominante no período da chamada ciência moderna, e o paradigma interpretativo/compreensivo, qualitativo, que surge com a chamada ciência pós-moderna.

No contexto do primeiro, o objeto de investigação é concebido em termos de comportamento, em que o investigador utiliza categorias de classificação pré-determinadas para a observação desses comportamentos. Baseia-se no pressuposto de que há uniformidade de relações entre forma de comportamento e o seu significado. Este postulado é usado à imagem dos investigadores positivistas que procuram, nas ciências naturais, a descoberta e a verificação de leis gerais. Há, neste paradigma, uma desvalorização do indivíduo, considerado sem interesse e não significativo em si mesmo.

No contexto do segundo, de acordo com Santos (1987), estamos na presença de um paradigma não unicamente científico, mas que se assume também como um paradigma social. Deste modo, a distinção entre ciências naturais e ciências sociais deixa de ter sentido e utilidade. O conhecimento tende a ser não dualista e esta superação revaloriza, de algum modo, os estudos humanísticos. Neste paradigma o conhecimento é total e local. No entanto, é um conhecimento

que embora total não é determinístico e embora local não é descritivista. Este conhecimento constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica, sendo a tolerância discursiva uma característica desta metodologia, no sentido em que são principalmente utilizadas as técnicas documentais, onde as palavras e a semântica substituem os números e a estatística, e algumas técnicas vivas de observação direta que não implicam uma quantificação das observações (DESHAIES, 1992). É igualmente um conhecimento que se constitui através do diálogo com as variadas formas de conhecimento, que se aceita como algo mutável e em constante evolução, pois o que é hoje, pode não o ser amanhã, desde que as mudanças correspondam a alterações de facto e não aos interesses singulares ou grupais de momento.

Temos também de atender ao facto de o investigador não ser propriamente uma *tabula rasa*, ou, como dizia John Locke (1978), uma folha em branco, que vai sendo escrita à medida que vamos acumulando experiências na vida.

Neste sentido, concordamos com Deshaies (1992) quando refere que as preocupações do sujeito são fundamentais na elaboração do conhecimento, tanto perante o objeto, como tendo em conta os seus conhecimentos, a sua maneira de pensar, o seu modo de trabalhar, de se interrogar, em suma, de construir o seu objeto. Qualquer investigação gera sempre uma certa angústia pessoal, com origem na experiência individual de cada um. Qualquer investigador procura a resposta para as suas interrogações, tanto em si próprio como na realidade objetiva que lhe serve de referência. A metodologia é tributária de um sujeito, quer dizer de um indivíduo, que é o ponto fulcral em torno do qual podem desenvolver-se o conhecimento e a investigação.

Para se operacionalizar o plano de obtenção e análise da informação é necessário definir-se uma estratégia de amostragem. Os processos de amostragem podem revestir-se de duas formas: probabilísticas e não probabilísticas. A amostragem é probabilística quando a amostra é um subgrupo da população na qual todos os elementos têm a mesma possibilidade de serem eleitos e não probabilística quando a eleição dos elementos não depende da probabilidade, mas sim das características da investigação.

Na *amostragem probabilística* cada unidade do universo em estudo tem a mesma calculável e não nula probabilidade de ser selecionada. Entretanto, com a amostragem não probabilística, não há meio de estimar a probabilidade das unidades serem incluídas na amostra. Na verdade, não há garantias de que todos os elementos possam ser estudados (BURGESS, 2001, p. 59).

Definido o universo ou a amostra, inicia-se a fase de construção dos instrumentos de recolha dos dados. De uma correta recolha de dados depende a credibilidade do estudo e a aproximação à realidade estudada. Para que essa recolha seja eficaz é necessário que se recorra aos melhores meios científicos que nos permitam chegar à prova. Trata-se de uma etapa importante para a qualidade da investigação. A recolha de dados implica uma opção teórica relativamente àquilo que será observado, ou seja, quais serão as unidades de observação sujeitas ao estudo. É um processo forçosamente seletivo e, portanto, cada unidade representa um segmento da realidade, assente ainda no princípio de que a observação não é neutra. A recolha de dados corresponde, assim, ao historial que esteve presente na identificação e registo da recolha de informação.

Os instrumentos de recolha podem ser de tipo quantitativo e qualitativo. Miles e Huberman, (como referidos em LESSARD-HÉRBERT et al., 1994), apresentam um modelo interativo de análise de dados, organizado em três partes ou componentes: a redução dos dados, a sua apresentação e a interpretação/verificação das conclusões, atuando num processo cíclico interativo. A componente da redução dos dados inicia-se antes e processa-se também durante e após a recolha de dados, enquanto as componentes de apresentação e de interpretação/verificação se desenrolam durante e após a recolha dos dados. As três componentes de análise qualitativa

são globalmente as que se encontram no contexto da análise quantitativa, pois também neste tipo de análise, há uma fase de redução de dados, uma fase de organização e apresentação de dados e uma fase de interpretação/verificação. Todavia, as três componentes da análise diferem no plano da organização temporal e no dos critérios e procedimentos, consoante a investigação é quantitativa ou qualitativa.

A análise quantitativa afigura-se linear, enquanto a análise qualitativa se mostra cíclica ou interativa, já que implica um vaivém entre as diversas componentes. Há condições para o processo de redução dos dados não ser uma mera quantificação dos mesmos. Com os **dados qualitativos** (notas de trabalho de observação qualitativa ou de entrevistas, excertos de documentos, registos sonoros ou gravações de vídeo), a redução é muito mais variada, ela pode fazer-se, entre outros meios, através de uma seleção de material ou da redação de resumos. Não é, porém, posta de parte a possibilidade de se proceder a uma redução dos seus dados por meio de quantificação, de enumeração ou pelo estabelecimento de uma relação de ordem. Porém, será necessário manter as pistas dos elementos contextuais ligados aos acontecimentos enumerados ou ordenados (CALHEIROS, 2013).

Nos **instrumentos quantitativos** o investigador pode fazer uso do inquérito por sondagem, do inquérito por questionário, da observação quantitativa e das escalas. Estas, por sua vez, podem ser de tipo Likert (desenvolvido por Rensis Likert, em 1932, in LIMA, 2000), tipo Diferencial Semântico (desenv. por Osgood Scuci e Tannenbaum, 1957, in LIMA, 2000), tipo Guttman (desenv. por Louis Guttman, 1944, in Anderson, 1990) e tipo Thurstone (desenv. por Thurstone, 1929, in ANDRICH, 1998).

Já nos **instrumentos qualitativos** pode socorrer-se da entrevista, da observação, de histórias de vida, de *focus group* e de estudos de caso.

Segue-se uma nova fase no processo metodológico, através do qual se procura definir os métodos de validação dos instrumentos. Para que tal ocorra, é necessário aferir-se os graus de validade, confiabilidade e objetividade.

A validade é o grau em que um instrumento mede a variável que se procura medir. Portanto, para obter a validade procura-se relacionar os factos a estudar, com os métodos utilizados para o efeito e os conceitos que se vão utilizar para descrevê-los. A relação dos conceitos com os métodos constituem o desenho da investigação e tenta aferir até que ponto, aplicado a factos concretos, é válido e extensivo a outros factos. A aplicação dos conceitos aos factos constitui o corpo teórico, através da qual se pretende aferir se a teoria, verificada através de métodos concretos, poderia ser igual ou melhor se fosse verificada através de outros métodos. A ligação dos métodos com os factos produz a base de dados, que se transforma na verdadeira investigação quando se lhe aplica o quadro conceptual ou das teorias explicativas. Este tipo de validade é classificada de externa e pode ser aplicada em três campos distintos: o ecológico (quando o facto escolhido representa o campo substantivo da realidade que se pretende conhecer, não sendo necessário procurar qualquer outro); o metodológico (o método é aquele que melhores resultados garante) e o explanatório (os conceitos utilizados não são ultrapassados por quaisquer outros, seja em capacidade ou em riqueza).

Podemos também atribuir às formas de validar um instrumento outras nomenclaturas, vejamos: a validade de conteúdo, quando um instrumento traduz uma dimensão específica do conteúdo do que se pretende medir, por exemplo, um exame sobre os clássicos da sociologia não pode basear-se somente no estudo de Durkheim, mas deve incluir perguntas sobre Comte, Marx, Durkheim e Weber, ou seja, deve contemplar todos os clássicos da sociologia, se é sobre eles que realmente queremos aferir o conhecimento. Por sua vez, a Validade de Critério é quando comparamos o instrumento a que estamos a recorrer com outro externo que pretende medir o mesmo. Por exemplo, para saber se uma pessoa é claustrofoba, podemos colocá-la numa sala fechada, sem janelas, a fazer um exame e

observar a sua reação. Supostamente se o espaço não condicionar o exame é sinal de que a pessoa se sente confortável. Adicionalmente, para assegurar que a sua medição é válida, podemos optar por uma medição adicional, neste caso, poderia ser pedir-lhe que ascenda ao sétimo andar de um prédio pelo elevador. Assim, a mediação da claustrofobia é validada mediante dois métodos ao comparar dois critérios. Temos ainda a validade de constructo, a qual explica o modelo teórico-empírico que está subjacente à variável em análise, ou seja, este método valida o que é que se pretende medir e como se opera para o fazer. Habitualmente, inclui duas etapas: na primeira, estabelece-se a relação teórica entre os conceitos, na segunda, correlacionam-se os conceitos e verifica-se a magnitude da correlação. Estas duas etapas integradas validam se o conceito teórico está realmente presente no instrumento. Finalmente, para testarmos a validade absoluta poder-se-ia invocar a validade total de um instrumento, que parte do princípio que quanto maior é a validade de conteúdo, de critério e de constructo que um instrumento possua, maior será a sua integridade para medir o que se propõe medir. A confiabilidade, por seu turno, representa a consistência e a coerência dos resultados.

Suponhamos, a título de exemplo, que queríamos medir a velocidade máxima de um carro. Para termos a certeza da sua velocidade, pretendemos testá-lo três vezes, na mesma pista e com as mesmas condições. Na primeira vez, o carro atingiu 180 Km/hora, passado 10 minutos, voltamos à prova e verificou-se que atingiu 220 Km/hora, 10 minutos depois, no terceiro teste, verificamos que a sua velocidade máxima foi de 150 Km/hora. Será este contar de quilómetros é confiável? Julgamos que não, porque em três testes resultaram três velocidades completamente díspares umas das outras.

A partir deste exemplo, podemos aferir que a confiabilidade ajuda obter elevados níveis de excelência, porque conjuga eficazmente:

Credibilidade, realizada através da observação persistente daqueles aspetos da situação que são mais característicos ou permissivos; da triangulação de uma variedade de fonte de dados, de diferentes investigadores, perspectivas e métodos, submetidos a constantes confrontos, de modo a se poder confirmar dados ou interpretações e, finalmente, do controlo e exame contínuo, conjuntamente com os membros dos diversos grupos e audiências dos quais foram extraídos, dos dados ou interpretações;

Dependência, realizada através de uma auditoria externa aos processos de investigação seguidos, efetuada por um investigador externo;

Transferibilidade, através da qual procurará maximizar o objeto e ampliar a informação recolhida, de modo a descobrir-se os fatores mais importantes quando se pretende comparar contextos diferenciados e encontrar-se semelhanças; juízos de semelhança alicerçados em descrições plenas e densas;

Confirmabilidade, efetuada através de uma auditoria externa, onde o agente externo procurará aferir se a relação que o investigador interno estabeleceu entre os dados em bruto e as deduções e interpretações estão corretas.

Cada uma destas conjugações, autonomamente ou agregada, pode ser alcançada através de determinadas medidas, a saber: medida de estabilidade, em que se aplica o mesmo instrumento, depois de um determinado período de tempo, duas ou mais vezes a um mesmo grupo de pessoas. Se a magnitude da correlação entre as duas medidas for consistente é sinal de que o instrumento é confiável. Outra medida é o método de formas alternativas ou paralelas, em que se administra, em simultâneo, ou dentro de um período muito próximo, a um mesmo grupo, dois instrumentos muito similares, quer no conteúdo, quer nas instruções e no tempo de duração. Se a correlação entre os resultados for sólida, então está garantida a confiabilidade do instrumento. O terceiro método de obtenção de confiabilidade de um instrumento é conhecido como “metades partidas”. Neste método, divide-se os itens ou categorias em duas

partes similares e comparam-se os resultados. O instrumento é confiável quando os resultados das duas metades apresentam uma correlação alta. Finalmente, uma outra forma de obter a confiabilidade é a medida de consistência interna que normalmente é obtido através do *Alfa de Cronbach* ou dos *coeficientes KR-20-21*.

Não basta apenas aplicar corretamente estes critérios, mas também devemos ter presentes os cinco axiomas de paradigma naturalista de Guba (como referido em OLABUÉNAGA, 2003), a saber:

- Axioma 1-A natureza da realidade deve ser estudada de forma holística;
- Axioma 2 – A relação entre investigador – contestador não é neutra, dado que ambos se influenciam mutuamente;
- Axioma 3 – A finalidade da investigação não é outro que desenvolver um corpo idiográfico do conhecimento;
- Axioma 4 – A natureza da explanação deve ser efetuada de acordo com a interatividade de múltiplos fatores;
- Axioma 5 – Os valores condicionam todo o processo de investigação de formas muito diversas.

O aumento desta confiabilidade concede maior validade externa à investigação (OLABUÉNAGA, 2003). Podemos concluir que

a confiabilidade (...) refere-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados. Na pesquisa qualitativa, tende a ser observada nos seguintes aspetos: *confiabilidade quixotesca*, que se refere às circunstâncias em que um único método de observação mantém uma medida contínua; *confiabilidade diacrónica*, que se refere à estabilidade de uma observação através do tempo; e *confiabilidade sincrónica*, que se refere à similaridade de diferentes observações dentro de um mesmo período de tempo (JÚNIOR, LEÃO & MELLO, 2011, p. 195).

A objetividade pretende, por seu turno, aferir a verdade factual, ou seja, saber se os instrumentos utilizados foram ou não permeáveis à influência de erros e tendências dos investigadores (BURGESS, 2001).

Vejamos, agora, as técnicas de análise de dados que os investigadores podem fazer uso. Quanto à organização e apresentação dos dados, Miles e Huberman, citados por Lessard-Hébert *et al.* (1994) referem que há necessidade de numerosas operações que se integram no conceito de “tratamento de dados” quer se trabalhe com dados quantitativos quer com dados qualitativos. É, no sentido geral, a procura de condensação ou resumo, a que se segue a organização, estruturação ou decomposição em fatores, para finalmente apresentar as relações ou estruturas daí resultantes. São operações só realizadas mediante certos modelos, confirmados e delimitados pelas possibilidades das máquinas.

A organização de dados corresponde, para os autores citados, a uma fase determinante da análise, pois ela permite ao investigador uma representação dos dados num espaço visual reduzido; contribui para a planificação de outras análises e facilita a comparação entre diferentes conjuntos de dados. Entendem que o recurso a modos de apresentação que reduzam e estructurem os dados é uma importante via de aperfeiçoamento da análise dos dados qualitativos. Os autores citados agrupam os diversos modos de apresentação de dados qualitativos em duas famílias: as figuras ou gráficos, bastante adequados aos dados qualitativos e as matrizes ou quadros, também muito utilizados na apresentação dos dados quantitativos. Ambos podem ser descritivos ou explicativos.

No que se refere à interpretação e verificação das conclusões, estes autores concedem

a esta fase o trabalho de atribuição de significado aos dados reduzidos e organizados. Será o momento de extrair significados a partir de uma apresentação-síntese dos dados, evidenciando-se ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e proposições. A interpretação inicia-se logo que começa a recolha de dados, uma vez que vão sendo formuladas conclusões provisórias, logo testadas e às quais se acrescentam outras no decurso da investigação.

As conclusões que resistem ao confronto com novas observações, tornam-se mais explícitas e enraizadas. Por este facto, esta componente de análise integra uma dimensão de verificação. Para Van der Maren, citado por Lessard-Hérbert et al. (1994, p. 123), a interpretação tem, inicialmente, uma função redutora para depois ser criadora através da elaboração de explicações e de novas questões que transcendem a frieza dos resultados.

O investigador deverá também recorrer à **triangulação de diferentes métodos**. A triangulação permite ao investigador obter os melhores resultados, ou seja, permite o controlo de qualidade, através de três formas:

1. Fazendo uma meta-análise dos dados e das reflexões, que nos permitam verificar as conclusões duvidosas e não assumi-las como verdadeiras;
2. Confirmar, recorrendo a diversas alternativas, ou seja ao multimétodo, quais são as conclusões falsas ou verdadeiras e reforçar a sua validade, através do confronto da primeira fase de investigação (teoria, hipóteses, desenho metodológico..) com a segunda fase (codificação, categorização...);
3. Combinação de diferentes métodos (triangulação)

A triangulação apoia-se na validade interna (a riqueza da informação) e na validade externa (obtida através do aumento da confiabilidade). As investigações trianguladas são pluralistas e, neste sentido, a sua confiabilidade depende de uma multiplicidade de fontes, que deverão estar sujeitas a contrastes rigorosos, de modo a atingir-se informação fidedigna que na sua origem, quer na sua plenitude. Através da triangulação pretende-se obter o enriquecimento de uma visão única, relacionando as diferentes aproximações metodológicas com a realidade social. Ela implica muitas vezes uma meta-análise de replicação, através da qual é possível verificar, confirmar e controlar as conclusões de um determinado estudo. Pode também recorrer a um multimétodo, de forma a garantir uma alternativa à validade do estudo, demonstrando que as conclusões não dependem absolutamente do modo como se recolhem e analisam os dados base do estudo. A triangulação, porém, é muito mais que isso, dado procurar relacionar de forma diversa os distintos dados, aumentando a riqueza e a fiabilidade de uns dados com os outros. Isto permitirá: obter conclusões mais ricas; aumentar a confiabilidade das mesmas; procurar um maior nível de precisão dos problemas abordados e procurar ver o contraste da consistência externa do estudo, através da incorporação de novos dados ou postulados.

Podemos afirmar que a **meta-análise e o multimétodo são técnicas uniestratégicas**, porque se realizam sem abandonar a estratégia inicialmente adotada. A triangulação, por seu turno, é multiestratégica. Esta combinação de estratégias pode ser parcial, se aplicada apenas a uma só fase da investigação ou a um dos elementos do processo de produção, ou holística, quando aplicada a todas as fases e a todos os elementos da investigação.

Na triangulação parcial podemos distinguir entre: a triangulação dos factos sociais versus significados sociais; a triangulação na busca e recolha de informação e dos dados necessários, que permite cruzar a metodologia quantitativa (experimentação, sondagem e conteúdo) com a metodologia qualitativa (observação, entrevista e conteúdo); a triangulação na codificação da linguagem, utilizando-se mais os conceitos e as metáforas para a estratégia qualitativa e os números e as medidas para a estratégia quantitativa; a triangulação de níveis alternativos, através da qual se passa gradativamente do nível do leitor até ao nível da espionagem ou contra espionagem.

A triangulação também pode ser simultânea, onde se produz um desenho em paralelo da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa, e sequencial, onde desenho da abordagem é marcado por duas etapas independentes e sequenciais (OLABUÉNAGA, 2003).

A Responsabilidade Social

A responsabilidade social da investigação está relacionada com a integridade do investigador. Desde logo, entre outros aspetos subjacentes à pesquisa, relembramos a recusa dos fins justificarem os meios, a proteção da privacidade, a confidencialidade, a prevenção de riscos inerentes à falsidade e ao dano e a adequação das metodologias de pesquisa aos sujeitos. No entanto, este compromisso vai muito mais longe, dado que os investigadores “têm alguma responsabilidade no uso que as suas pesquisas podem vir a ter, nos efeitos do seu trabalho em pesquisas subseqüentes e na aplicação dos seus dados, incluindo ‘a prevenção do *mau uso* dos resultados da pesquisa” (BURGESS, 2001, p. 209). O fundamento ético de atuação não se pode dissociar, sobretudo nas sociedades plurais e secularizadas, dos direitos fundamentais do indivíduo. A investigação só terá interesse para estas sociedades se forem criadas as condições objetivas para a afirmação dos valores da cidadania, os quais se traduzem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (saídos da Revolução Francesa de 1789) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (proclamados pela Assembleia Geral da ONU em 1948).

Se, como atrás referimos, o investigador deve sobrepor o bem-estar dos indivíduos aos interesses da sociedade e da ciência, deve também identificar e denunciar a existência de direitos abstratos que negam a autonomia do homem concreto. Só assim será possível “substituir a negociata que implicava o preceito ‘não há direitos sem deveres’ pelo princípio ‘não há direitos sem desejos, não há desejos sem direitos’” (VANEIGEM, 2003, p. 25). Tal só é minimamente possível em sistemas políticos com uma democracia de alta intensidade. Todos os documentos atrás referidos nasceram em contextos de esperança, subseqüente a períodos de barbárie e tirania. Dado que até ao momento atual esses preceitos exarados não passaram de boas intenções, compete ao investigador perguntar o que tem impedido a implementação e afirmação de tais valores. De acordo com Duque & Calheiros (2013) tal intento poderia passar pelo reconhecimento de que os **problemas da democracia** são inerentes à própria democracia; a democracia é e será sempre insatisfatória; a democracia será sempre mais que o conjunto das instituições democráticas e, por último, a democracia será sempre mais que o domínio da minoria.

Os problemas inerentes à própria democracia derivam do disfuncionamento entre os objetivos que esta persegue e, como contraponto indesejável, as manipulações a que está sujeita. A democracia procura promover valores humanistas. No entanto,

se o humanismo repõe o homem no centro do universo, coloca-o no centro de um mundo que o aliena. O próprio termo exala um cheiro bafiento a hipocrisia: é pago pela mercadoria de rosto humano para esquecer que grava a sua desumanidade na carne daquele que a produz. Representa o homem economizado e impede a superação deste. Os progressos do livre-câmbio só melhoraram a sobrevivência à custa da vida, e podemos facilmente ver onde levou um humanismo em que o homem de desejo é reprimido pelo homem económico (VANEIGEM, 2003, p. 20).

Tal denúncia coloca-nos a questão de que democracia estamos a construir nesta sociedade globalizada. Os sintomas das atuais dinâmicas glocais são conhecidas e preocupantes. A inserção na comunidade é, para alguns, uma miragem. Grassa um individualismo fóbico, contrário ao indivíduo coletivo e fraternal. O Estado, face às interdependências globais que se vão gerando,

incapazes de garantir a legitimidade e a legalidade inerentes às comunidades democráticas, já não é o espaço de afirmação do bem-estar bio-psico-social dos seus membros, nem sequer a instituição capaz de defender o indivíduo da arbitrariedade de poderes impessoais, que se apropriam dos vazios gerados e se impõem, a tudo e a todos, sem qualquer legitimidade política. Os vazios gerados resultam da incapacidade das sociedades reponderarem, de acordo com as pretensões dos seus membros, aos problemas que a globalização coloca. Estes problemas, para os quais não existem soluções, são conhecidos e diversos. De entre eles destacamos a inexistência de uma governança global; a profusão, cada vez mais caótica, de sistemas de governança fragmentados e incoerentes; uma hegemonia discursiva, apoiada nos meios de comunicação social e universidades, que compagina, de acordo com interesses já indisfarçáveis, a inevitabilidade prática com a otimalidade; a existência de entidades reguladoras que, gozando de um considerável poder autónomo e servida por quadros aparentemente isentos e com reconhecidas competências técnicas e científicas, se dedicam a interpretar acordos e a elaborar e monitorizar, à margem dos próprios cidadãos, as mais diversas políticas económico-financeiras de acordo com os interesses dominantes, podendo, em nome dos interesses destes, construir novos regimes políticos. A somar a estes problemas temos ainda, como atrás ficou subentendido, poderes não democráticos. De entre estes destacamos o poder financeiro, que exercem o controlo direto sobre os fluxos de capital à escala global e, com a mobilidade existente de recursos humanos entre as instituições financeiras, as instituições da pretensa governação global e os departamentos governamentais nacionais, apropriam-se das instituições supostamente democráticas e colocam a elite política na sua dependência, direta ou indireta.

Face a estas dinâmicas, o investigador deverá orientar a sua investigação no sentido de promover os valores da liberdade, da segurança individual, da diversidade, da equidade e da solidariedade, ajudando a encontrar e a cimentar um quadro institucional exigente, democrático e colaborativo, que garantisse o respeito pelos direitos humanos, o primado da lei no plano internacional, a democracia e a participação dos cidadãos na causa pública. Deveria também, numa regulação ao serviço do cidadão, fomentar as atividades empresariais que respeitassem os princípios da responsabilidade, eficácia e subsidiariedade.

Apesar da democracia ser o regime político que melhor defende o indivíduo contra o despotismo do Estado, a verdade é que este sistema político é e será sempre insatisfatório. “Com efeito, o Estado possui todos os direitos e encontra-se em posição de não conceder nenhum se o considerar útil. Depois, o cidadão não é o indivíduo, mas a sua forma abstrata posta ao serviço de um poder que invoca o seu consentimento fictício para se exercer à sua custa. Finalmente, cedendo sob a coerção, o homem concreto abandona-se facilmente à inércia, à passividade, à resignação, instilando nas suas revoltas um desespero que conduz ao fracasso ou, pior, à vitória mediante a inversão do projeto de emancipação que as havia inspirado” (VANEIGEM, 2003, p. 21).

É evidente que por detrás destas dinâmicas encontramos a subversão dos valores democráticos, que estão na base da génese dos problemas atuais. No entanto, pelo menos em tese, os valores democráticos continuam a ser proclamados em muitos países. Torna-se necessário (re)afirmar estes valores, dado que, contrariamente aos aristocráticos, o bem-estar da maioria dos cidadãos. Por outro lado, é o sistema que melhor promove e protege o exercício dos mais elementares direitos humanos, ajudando decisivamente a aproximar, através dos serviços prestados aos cidadãos, as condições sociais dos elementos de toda a comunidade. Por último, é um sistema que institucionalmente está aberto ao futuro, procura o bem comum e oferece ao indivíduo a possibilidade deste exercer a sua responsabilidade social, estimulando, com isso, a liberdade e a dignidade de todo o ser humano (DUQUE & CALHEIROS, 2013). O ideal seria termos uma democracia que abrisse caminho à promoção de “uma sociedade que prescindia

de garantias tutelares por ter eliminado as condições que, precisamente, geram a violência, a violação e a opressão, e alienam a sua contestação” (VANEIGEM, 2003, p. 21). Estamos longe deste preceito, mas não podemos consentir em desistirmos de tal objetivo.

Estas últimas afirmações podem ajudar o investigador a admitir que a democracia seja mais que o conjunto das instituições democráticas. Estas são condições necessárias, nas circunstâncias distópicas, para que possa existir democracia. No entanto, tal não é suficiente. A prova disso é que se têm revelado impotentes face aos disfuncionamentos gerados pelo processo de globalização. São-no, desde logo, em muitos países, devido ao alheamento da sociedade civil, daí resultando o inexistente escrutínio das ações resultantes de poderes instituídos ou ocultos. Urge, assim, encontrarmos mecanismos que promovam a participação dos cidadãos e legitimem a fortaleçam e a democracia representativa (DUQUE & CALHEIROS, 2013), de modo a que generosas resoluções desta “acabem por se destinar a proteger o cidadão de si mesmo, dado que o homem concreto, lesado por uma representação que o separa dos seus próprios desejos, alimenta no íntimo o lodaçal de uma frustração que só espera uma oportunidade para se descarregar em torrentes de ódio e ressentimento. Refrear e moderar os efeitos da barbárie é reconhecer-lhe direitos” (VANEIGEM, 2003, p. 18). Os últimos dados ocorridos nas eleições de muitos países da União Europeia parecem dar razão a estas perceções e denúncias. Por isso mesmo, urge encontrar mecanismos que possibilitem também uma representação generalizada da sociedade civil no seio da comunidade global. Uma representação da qual, reforçando-se a capacidade de intervenção dos países mais débeis, pudessem resultar interações eficazes da sociedade civil, nas quais fosse possível acolher as dinâmicas, prever as mudanças, gerir a complexidade e dirimir o conflito.

O bom funcionamento da sociedade depende também da existência ou não de órgãos de comunicação social honestos. A posse de informação fluída e fidedigna é condição necessária à emergência de boas decisões. Os meios de comunicação social estão, como meios de intermediação, muito longe de cumprirem com estes requisitos. Por outro lado, sofrem a concorrência das redes sociais, redes descentralizadas que disponibilizam a informação de forma aberta e democrática. É também nestas redes que se instala uma profusão de informação que, na maior parte dos casos, prescinde da verificação e do contraditório. Urge, também, aferir a quem interessa o debate entre liberdade e segurança, tendo como pano de fundo o uso perverso de tais redes. Seja como for, se quiser promover os valores inerentes aos Direitos do Homem e do Cidadão e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, o investigador terá de denunciar toda a desinformação e opor-se à submissão da vida privada aos preceitos da segurança coletiva. O que é válido para dentro da rede, é válido para fora. É certo que parece haver um deslocamento do espaço físico para o espaço simbólico. No entanto, é no corpo do homem concreto que a tirania humana se manifesta. Por isso mesmo, a mesma legalidade vale para ambos os universos. Procurar reduzir as margens de liberdade, só porque as dinâmicas do fórum virtual o parecem justificar, é consentir em reduzir as nossas já debilitadas liberdades individuais.

Por último, deve também ter presente que a democracia é muito mais que o domínio da minoria. Existem valores que não podem ser sufragados, a não ser que a democracia, através de atos manipuladores ou violentos, dado permitir a existência dos seus inimigos no seu interior, deixe de existir. Por isso mesmo, a democracia necessita de algo mais que a existência de instituições democráticas. Ela deve reger-se pela justiça verdadeiramente justa, a qual implica a abolição de tendências escravocratas e a convivência e convivência com um salutar e autêntico pluralismo integrador (DUQUE & CALHEIROS, 2013). Isto só será possível quando o ser humano romper com as amarras que ameaçam a sua liberdade, condição a partir da qual pode aspirar a ser absolutamente humano. No entanto,

vivemos uma fase histórica particular em que a própria liberdade dá lugar a coações. A liberdade do *poder fazer* engendra até mais coações que o *dever* disciplinar. O dever fazer tem limite. O *poder fazer*, pelo contrário, não tem limite algum. É por isso que a coação que provém do *poder fazer* é limitada (...). O sujeito do rendimento, que se pretende livre, é na realidade um escravo. É um *escravo absoluto*, na medida em que sem qualquer senhor se explora a si próprio de forma voluntária (...). O sujeito do rendimento absolutiza a vida *sem mais e trabalha*” (CHUL-HAN, 2015, pp. 11-12).

Por outro lado, os “oligarcas plutocráticos, aspiram a governar, sob a capa das instituições democráticas, impessoalmente e sem responsabilidade. Explorar a democracia, viram eles, é mais fácil e rendoso do que opor-se a ela. Deixem que os muitos votem, mas conforme lhe disserem os poucos opulentos que são donos dos jornais” (HUXLEY, s/d, p. 122). A isto acrescentam ainda episódios históricos em que as ditaduras, através de meios democráticos, derrubaram as próprias democracias. Todas estas tendências manifestam claramente que, em democracia, nem sempre pressupostos democráticos são defendidos pela maioria. Temos, por conseguinte, que identificar e denunciar os poderes ocultos; a manipulação da informação, seja pela censura ou excesso de ruído; a perção do eleitorado de que a elite política existe para proteger os interesses de uma minoria opulenta; as formas de arregimentação do eleitorado; as clivagens sociais e civilizacionais que o processo de globalização está a gerar; a propensão dos meios de comunicação social em reduzir a informação disponibilizada a eventos onde se manifesta o que de mais hediondo existe no ser humano; as tendências *orwellianas*, desbaratando toda a esfera privada e anulando a intervenção na esfera pública, nos tenta vencer pela chantagem, pelo medo, pela ostracização e, conseqüentemente, pela demissão; pela utilização dos valores democráticos como instrumentos de dominação; pelas contradições insanáveis que desviam o ser humano da perção dos direitos que, só pelo facto de existir, não seus e são inalienáveis (CALHEIROS & DUQUE, 2013).

Referências

- ALVIRA MARTÍN, F. **La Encuesta**: una perspectiva general metodológica. Madrid: CIS, 2011.
- ANDERSON, L. W. Guttman scales. In H. J. Walberg & G. D. Haertel (Eds.), **The International Encyclopedia of Educational Evaluation** (p. 333-334). Oxford: Pergamon, 1990.
- ANDRICH, D. & STYLES, I. The structural relationship between attitude and behavior statements from the unfolding perspective. **Psychological Methods**, v. 3, n. 4, p. 454-469, 1998.
- BURGESS, R. **A pesquisa de terreno**: uma introdução. Oeiras: Celta Editores, 2001.
- CAÏS, J.; FOLGUERA, L., & FORMOSO, C. **Investigación cualitativa longitudinal**, Madrid: CIS, 2014.
- CALHEIROS, A. **Governança e planificação de espaços complexos**: análise qualitativa do exemplo Tui-Valença. Santiago de Compostela: Departamento de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, 2013.
- CARMO, H & MALHEIRO FERNANDES, M. **Metodologia da investigação: guia para a autoaprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CHUL HAN, B. **Psicopolítica**: neoliberalismo e novas técnicas do poder. (Col. Antropos, N.º 113). Lisboa: Relógio D' Água, 2015.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative & quantitative approaches. London: Sage, 2008.

DESHAIES, B. **Metodologia da Investigação em Ciências Humanas**. (Col. Epistemologia e Sociedade, n. 65). Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

DUQUE, E. & CALHEIROS, A. A vida na comunidade política: a ética na sociedade democrática. In: Mascarenhas, M. & Neves, J. **Ecosofia e ecologias no mundo contemporâneo**: Braga, Universidade do Minho – Centro de Investigação Ciências Sociais e Observalicia, 2013.

FLICK, U. **Introducción a la investigación cualitativa**. Madrid: Morata e Paideia, 2007.

FORTIN, M. & SALGUEIRO, N. *O processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência, 1999.

HUXLEY, A. **Sobre a democracia e outros estudos**. Porto: Círculo de Leitores, (s/d).

JÚNIOR, F.; LEÃO, A. & MELLO, S. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

LAKATOS, E. & MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

LEANDRO S. ALMEIDA & TERESA FREIRE. **Metodologia de investigação em psicologia e educação**. Braga: Psiquilíbrios, 2017.

LESSARD-HERBERT, M. et al. **Investigação qualitativa**: fundamentos e práticas. (Col. Epistemologia e Sociedade) Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LIMA, L. Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

OLABUÉNAGA, J. **Metodología de la investigación cualitativa**. Série Ciencias Sociales, v. 15, 3. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003.

SÁNCHEZ CARRIÓN, J. J.; SEGOVIA GUIADO, J. M. & SÁNCHEZ MESEGUER, P. Las encuestas en internet. In Arroyo, M. y Sádaba, I. (eds.), **Metodología de la investigación social: técnicas innovadoras y sus aplicaciones**. Madrid. Síntesis: 79-108, 2012.

SANTOS, B. **Um Discurso sobre as Ciências**. (Col. Histórias e Ideias/1). 5ª ed Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SCRIBANO, A. O. **El proceso de investigación social cualitativo**. Bs. As.: Prometeo Libros, 2008.

SEVERINO, J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, E. et.al. **Desenvolvimento da ciência**: aspectos éticos. Viseu: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ipv>>

pt/bitstream/10400.19/966/1/desenvolvimento%20da%20ci%C3%Aancia%20aspectos%20%C3%A9ticos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

VALLES, M.S. Reflexión metodológica sobre un caso de docencia e investigación con métodos cualitativos: la trastienda del proceso investigador y su archivo como conceptos clave. *Empiria*, n. 29, p. 177-198, 2014.

VANEIGEM, R. **Declaração universal dos direitos do ser humano**. 1.^a ed. Lisboa: Antígona, 2003.

VIDAL, M. **Moral de actitudes**: moral fundamental. (Col. EAS, N.º 17-I). v. 1. Madrid: PS Editorial, 1981.

Recebido em: 17 de julho de 2017
Aceito em: 30 de agosto de 2017